

Governo modificará orçamento

CESAR FONSECA

Até o dia 15 de março, o Governo encaminhará ao Congresso uma previsão completa do atual orçamento para adequá-lo ao Plano Verão. O orçamento aprovado pelo Poder Legislativo tinha por base uma inflação de 10 por cento, com a qual as autoridades econômicas não mais trabalham por entenderem que ela será bem inferior a esse patamar mensal.

As mudanças a serem introduzidas no orçamento, solicitadas ao novo secretário de orçamento e finanças do Ministério do Planejamento, Pedro Parente, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, representarão cortes adicionais nos gastos do Governo, porque este somente desembolsará o que for arrecadado. Por isso, os programas oficiais — que normalmente são financiados por emissão de títulos (endividamento público) — deverão ser eliminados.

Diversos programas estão na mira do secretário do Tesouro: praticamente todo o orçamento de crédito, a compra de estoque regulador, financiamento ao setor agrícola, crédito às exportações e até mesmo uma parte destinada ao pagamento de salários do funcionalismo. Segundo técnicos da Secretaria do Tesouro, os novos cortes adequarão o orçamento ao Plano Verão e contribuirão para flexibilizar a política monetária, na medida em que, reduzindo gastos, diminuirá paulatinamente a taxa de juros.

JUROS

As taxas de juros continuarão altas. Os técnicos da Fazenda que acompanham a política monetária argumentam que continua sendo necessário trabalhar com os juros altos para evitar a tendência do mercado à formação de estoques, o que, uma vez generalizado, implicaria o perigo de desabastecimento e o imediato retorno da inflação. Por isso, entendem que até meados do próximo mês elas deverão continuar no

patamar de 25 a 30 por cento. Paralelamente, reconhecem que tal situação representa pressão muito grande sobre a dívida pública interna, mas acreditam que há uma folga para suportá-la, pois o Governo se beneficiou em relação ao seu financiamento no mês de janeiro, quando a inflação alcançou 70,28 por cento, mas a remuneração paga ao mercado para executar a sua rolagem ficou em 23 por cento.

ABASTECIMENTO

Não há maiores preocupações, na Fazenda, com o abastecimento. Acredita-se entre os técnicos que os acertos intersetoriais deslançaram nos últimos dias e a situação tende a se normalizar. Um assessor do ministro Mailson da Nóbrega assegurou que não serão atendidas as reivindicações feitas pelo setor automobilístico. Elas, segundo disse, não têm razão de ser, porque o setor recebeu um reajuste de 15 por cento no dia 15, recompondo dessa forma os reajustes feitos para os preços dos produtos que lhes abastecem.

CÂMBIO

A política cambial está sendo acompanhada com máxima atenção na Fazenda. Os exportadores já começaram a reclamar que estão acumulando uma defasagem de 20 por cento, graças à inflação de 70,28 por cento de janeiro em comparação à inflação estimada em 35 por cento que serviu de base para a desvalorização de 17 por cento do cruzado no dia 15. O assessor ministerial destacou que o ministro Mailson acompanha atentamente a evolução da política cambial e promete fazer os ajustes necessários no momento em que julgar conveniente, para não prejudicar às exportações. De qualquer forma, disse o assessor, não se deve esperar nova desvalorização para este mês, pelo menos. Os técnicos da assessoria econômica lembram, no entanto, que qualquer mexida no câmbio terá reflexos imediatos na inflação.